

# Constituinte começará sob intensa polêmica

Andrei Meireles

Em decorrência dos termos vagos de sua convocação, a Constituinte iniciará seus trabalhos decidindo sobre três questões polêmicas que prometem esquentar os debates de seu Regimento Interno. São elas: 1) — Quem são os constituintes? Há divergências quanto à participação ou à exclusão dos senadores eleitos em 82; 2) — O funcionamento ou não da Câmara e do Senado durante os trabalhos constituintes; 3) — A autonomia da Constituinte é exclusiva para a elaboração da nova Constituição ou ela assumirá na plenitude o papel de poder dos poderes?

Em sucessivas reuniões, as lideranças políticas não conseguiram chegar a um consenso sobre essas três questões, enquanto se multiplicam propostas e alternativas sobre o funcionamento da Constituinte.

Os novos deputados do PMDB que estão em Brasília se articularam e exigiram a colocação da Câmara e do Senado em recesso, durante a Constituinte. A reivindicação surpreendeu agradavelmente a dois antigos defensores da proposta, que, apesar dos cargos-chave que ocupam, não tiveram forças para viabilizá-la no ano passado: os deputados Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga.

No Senado, a reação é grande. Os senadores desconfiam que, no rastro do recesso, virá a proposta de unicameralismo, extinguindo o Senado. Na Câmara, também, a chamada Constituinte exclusiva tem opositores. Um deles, o deputado Prisco Vianna, tem participado ativamente das negociações, assessorando com seus conhecimentos regimentais a Ulysses Guimarães.

Nessa questão, há diversas propostas em pauta: recesso total das Casas Legislativas, com suas funções sendo exercidas por uma comissão integrada por deputados e senadores; recesso parcial, com reuniões esparsadas da Câmara e do Senado; funcionamento pleno do Poder Legislativo, sem prejuízo de exercer também suas atividades constituintes. Cada uma dessas propostas conduz a outras dúvidas, como a criação ou não de uma grande comissão para debater e redigir o anteprojeto de Constituição a ser submetido a plenário.

A criação da grande comissão parecia tranquila. Na semana passada, porém, o PDT e o PT passaram a combatê-la, propondo a divisão da Constituinte em diversas comissões que examinarão os diversos capítulos da Constituição.

Polêmica também é a própria composição da Constituinte: os

senadores eleitos em 82 alegam que receberam um mandato de oito anos e a Constituinte é congressual. Portanto, têm todo o direito de participar. Os que defendem a sua exclusão argumentam que só deve participar quem recebeu um mandato explícito para fazer a nova Constituição. Pelo menos dois líderes de partido — Carlos Chiarelli, do PFL, e Jamil Haddad, do PSB — seriam excluídos da Constituinte se vingar a tese de participar apenas quem foi eleito em 86.

Há limite à soberania da Constituinte? Esta é outra questão polêmica: a interpretação predominante no PFL e entre os conservadores do PMDB é de que a soberania da Constituinte é total para a elaboração da nova Constituição. Fora disto, inexistente. Entre os progressistas do PMDB e em outros partidos mais avançados, a interpretação é diferente. Segundo o deputado João Gilberto (PMDB-RS), a Constituinte é «o poder dos poderes» e, portanto, sua soberania não pode ser limitada.

Por trás deste debate, há alguns interesses bem definidos. Por exemplo: o ministro Marco Maciel nega competência à Constituinte para modificar direitos assegurados pela atual Constituição. Tenta, com isto, retirar das mãos dos constituintes a fixação do mandato de Sarney. Segundo esta interpretação, a Constituinte só pode fixar mandatos presidenciais para os sucessores de Sarney. Outro exemplo: há deputados que defendem uma decisão da Constituinte suspendendo o pagamento da dívida externa. A dúvida é se pode ou não.

## Convocação vaga

O presidente José Sarney enviou ao Congresso a proposta de convocação da Constituinte. Depois de muitos debates e até a mudança do relator, que era favorável a uma Constituinte exclusiva, a proposta finalmente aprovada foi ao plenário, assegurando à Câmara e ao Senado suas funções constitucionais. Estava claramente caracterizado o caráter congressual da Constituinte e o funcionamento simultâneo da Câmara e do Senado.

No plenário, devido a uma manobra bem-sucedida do deputado Bonifácio de Andrada, a ressalva que assegurava as funções constitucionais da Câmara e do Senado foi revogada. Aparentemente, a Constituinte adquiria outro caráter, mas as cúpulas do PFL e do PMDB garantem que nada mudou, pois em outros artigos da atual Constituição continua previsto o funcionamento de ambas as Casas Legislativas.

Todas essas questões serão resolvidas no Regimento Interno da Constituinte. Sua discussão e aprovação serão as primeiras tarefas dos constituintes.

## Defesa do país será debatida

Dentre os diversos temas que entrarão em debate, no próximo dia 1º, quando começarem os trabalhos de elaboração da nova Constituição do país, dois prometem mobilizar os militares brasileiros. O primeiro diz respeito às Atribuições das Forças Armadas na nova Carta e o segundo à criação de um Ministério da Defesa, proposta que pode ser colocada em pauta.

Sobre o papel das Forças Armadas, os ministros da Marinha, Henrique Sabóia, do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, e da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, já defenderam, exaustivamente, a sua manutenção tal qual estabelece a Constituição em vigor. O que significa manter as Forças Armadas como responsáveis pela ordem tanto nos conflitos externos como nos internos. Este último item, no entanto, é que tem sido motivo de discórdia.

### Proposta

Uma das propostas surgidas, quando reuniu-se no ano passado a

«comissão de notáveis», presidida pelo jurista e atual senador Afonso Arinos, para elaborar um anteprojeto da nova Constituição, é de que às Forças Armadas caberia somente a ingerência em assuntos relativos à segurança no campo externo.

Para reforçar seu ponto de vista, no entanto, os militares têm se valido de fatos, ocorridos recentemente. Como lembrou recentemente o general Leonidas, nas últimas eleições, o Exército foi convocado pelo Tribunal Superior Eleitoral para garantir «o bom andamento» do pleito em 184 municípios de 13 estados brasileiros.

Já a criação do Ministério da Defesa tem sido considerado um ato «desnecessário» pelos militares. O ministro da Aeronáutica, defendendo este ponto de vista, disse, esta semana, que um novo ministério não é necessário porque não aumentaria a eficiência das Forças Armadas.

## Credenciamento chega a mil

Cerca de mil pedidos de credenciamento de jornalistas, radialistas profissionais de televisão, para a cobertura da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, já chegaram ao Congresso. A este número talvez se acrescentem mais duas centenas, até o dia 31, segundo o jornalista Washington Melo, da Secretaria de Divulgação do Senado, onde o serviço está centralizado. A soma das duas parcelas — 1.200 —, aliás, corresponde aos credenciamentos para a cobertura da reunião do Colégio Eleitoral, que elegeu Tancredo Neves e José Sarney, dia 15 de janeiro de 1985.

Washington Melo acredita que este não será ultrapassado na instalação da Constituinte, pois o movimento de pedidos de credenciamento, até agora, se equivale ao da época do Colégio Eleitoral.

### Reservas

Para facilitar o trabalho dos profissionais de comunicação, o Congresso Nacional reservou 100 lugares para jornalistas nas galerias do plenário da Câmara, onde será realizada a sessão solene de abertura da Constituinte. Como os jornalistas se movimentam muito durante seu trabalho, os responsáveis pela medida acreditam que o número será suficiente. Além disso, os jornalistas que o desejarem poderão acompanhar a solenidade através dos telões instalados nos auditórios Nereu Ramos (Câmara) e Petrônio Portella (Senado), que funcionarão como extensões das galerias.

### Infra-estrutura

Os jornalistas credenciados

poderão utilizar-se de toda infraestrutura dos comitês de imprensa da Câmara (37 mesas e máquinas de escrever) e do Senado (17). Como ela seria insuficiente para atender ao enorme aumento da demanda, dezenas de outras mesas e máquinas de escrever serão colocadas à disposição dos profissionais. Para isto, a Câmara utilizará parte de seu amplo salão de entrada onde será instalada também uma bateria de telex (pelos órgãos interessados). No Senado, serão colocadas 30 mesas e máquinas de escrever numa das salas das comissões, além de mais sete na sala anexa ao Comitê de Imprensa.

No plenário, serão admitidos doze fotógrafos dos diversos órgãos privados de imprensa, escolhidos pelos próprios colegas (com a obrigação de trabalharem para todos). Além dos fotógrafos da Câmara, do Senado, da Presidência da República e do Supremo Tribunal Federal.

A Secretaria de Divulgação do Senado não sabe informar o número isolado de jornalistas, radialistas e profissionais de tevê, porque (conforme justificou) o credenciamento está sendo feito em ordem alfabética. Quanto aos jornalistas estrangeiros, acha que a maioria dos pedidos só ocorrerá às vésperas da instalação da Constituinte.

Informou, ainda, que não haverá limite para os credenciamentos de profissionais da comunicação.

ANC 88

Pasta 20 a 30

Jan/87

092